

CARMELITA SILVA DE AZEVEDO

94/II

ACESSO E PERMANENCIA DA CRIANÇA
NEGRA NO ENSINO BASICO

Monografia apresentada como re-
quisito para a conclusão do curso
de Pedagogia da Universidade do
Rio de Janeiro (UNI-RIO).

Professora: Gilda B. Mendonça

Professora: Denise Sardinha Mendes Soares de Araújo

Orientador: Prof. Dr. José Maria Coutinho

Julho/94

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça de ter me conduzido até o término deste trabalho.

A minha Mãe, Maria Luíza, pelo carinho, amor e certeza do meu sucesso.

A meu marido Waldair e meus filhos, Hérica, Leonardo e Amanda, que sempre souberam compreender o tempo que lhes roubei estudando.

Aos meus irmãos, Conceição, Luiz e Pedro, pela força e incentivo.

A minha tia Beta por ter feito meus serviços domésticos enquanto estudava.

A minha amiga Angélica, que soube antes de tudo ser uma irmã que nunca me deixou desistir.

Ao professor José Maria Coutinho, pela compreensão, força e antes de tudo carinho.

A memória do meu pai, Luiz Thomaz da Silva, que foi o esteio de toda minha vida.

A todos vocês, o meu muito obrigado!

SUMARIO

CAPITULO I:	INTRODUÇÃO.....	01
CAPITULO II:	REVISAO DA LITERATURA.....	05
CAPITULO III:	METODOLOGIA.....	11
CAPITULO IV:	ACESSO E PERMANENCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA PUBLICA BRASILEIRA.....	14
	4.1 - O Contexto histórico da desigualdade social no Brasil.....	14
	4.2 - As pirâmides sociais e escolares.....	19
CAPITULO V:	ACESSO E PERMANENCIA DA CRIANÇA NEGRA NO ENSINO BASICO.....	25
	5.1 - A desigualdade social do negro no Brasil.....	25
	5.2 - As pirâmides social e escolar do negro..	28
	5.3 - O desempenho escolar da criança negra...	32
CAPITULO VI:	A SUPERACAO DAS DIFICULDADES DA CRIANÇA NEGRA.....	37
	6.1 - As dificuldades de ser pobre e preto na escola.....	37
	6.2 - A superação dos obstáculos e a permanência na escola e na sociedade....	41
	6.3 - Alguns negros de destaque social.....	45
CAPITULO VII:	CONCLUSAO.....	47
CAPITULO VIII:	BIBLIOGRAFIA.....	49
CAPITULO IX:	ANEXOS.....	52

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

BRASIL, TERRA DE INDIOS, NEGROS E BRANCOS, povo mestiço, país plural.

Mas a pluralidade do povo brasileiro oculta-se no pensamento singular da nação: somos todos iguais. E a lei.

Lei que fica explícita na atual Constituição do Brasil, 1988, art. 384 do capítulo sobre educação, trabalho presidido pelo acadêmico, Afonso Arinos de Melo Franco, que diz:

" - Educação, direito de todos e dever do Estado, visa pleno desenvolvimento da pessoa e a formação do cidadão, para o aprimoramento da democracia, dos direitos humanos, da convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e livre.

Parágrafo único - A educação é indispensável e inseparável dos princípios da igualdade entre o homem e a mulher, do repúdio a todas as formas de racismo e de discriminação, do respeito à natureza e os valores do trabalho, dos imperativos do desenvolvimento nacional, da convivência com todos os povos, da afirmação das características mestiças e do pluralismo do povo brasileiro."

No entanto a prática tem desmentido a teoria.

Com base em dados estatísticos do IBGE/1990, um número substancial de brasileiros é analfabeto ou semi-analfabeto, e vive em condições de vida precária.

Refletindo esse dado para a população negra brasileira, o quadro alcança dimensões ainda mais alarmantes. Pois, dentre os brasileiros que trabalham de carteira assinada em 1990; 58% eram brancos, 34% pardos e apenas 7% eram negros. Os números

sobre escolarização são igualmente significativos. Eles registram que, dos 18% de analfabetos no país, em 1990, um quarto eram brancos e metade de negros.

Esse quadro de imobilismo social, revela a falácia da democracia racial existente no país, e desmente os discursos das elites dominantes, quando afirmam que o preconceito racial no Brasil acontece apenas em casos esporádicos. Trata-se da mesma política que procura minimizar na história oficial e nos livros didáticos a verdadeira dimensão da presença e da influência do negro na sociedade e na cultura brasileira.

Os objetivos deste estudo tem como meta, examinar a função social da educação para o negro brasileiro e os mecanismos impostos pelo racismo à melhoria da qualidade de vida das populações negras no Brasil. E especificamente, caracterizar os obstáculos sociais que dificultam o acesso e permanência da criança negra na escola, descrevendo as variáveis intra-escolares que afetam o rendimento escolar da criança negra.

O interesse deste estudo monográfico visa aprofundar conhecimentos da trajetória escolar e o alunado negro.

Sendo assim, o foco do estudo serão as implicações que direta ou indiretamente possam influenciar no acesso e permanência da criança negra no ensino básico das escolas públicas brasileiras.

O problema a ser estudado nesta pesquisa parte do dado de que, a criança negra, mesmo antes de chegar a escola, já aprendeu na infância a não aceitar sua cor e sua cultura.

Quando a criança negra chega a escola, ela reforça o que já tem de negativo contra si em sua comunidade (Souza, 1993). E como a estrutura escolar não está preparada para trabalhar com esse tipo de problema, acaba por distorcer os valores culturais e nega a participação positiva dos negros no processo histórico e cultural brasileiro. Por outro lado, as condições sócio-econômicas em que vive a grande maioria das crianças negras brasileiras, dificultam seu acesso e sua eventual permanência na escola.

Considerando que o bom desempenho escolar depende de fatores como: boa alimentação, saúde, higiene, moradia decente, enfim, o mínimo de condições para que uma família possa viver com dignidade, percebe-se a dificuldade da criança negra permanecer na escola. No entanto, vemo-nos diante de uma questão social complexa, pois, a maioria dos negros no Brasil está desempregada por encontrarem dificuldade no processo de seleção no mercado de trabalho, muitas vezes decorrentes de seu baixo nível de escolaridade.

A sutileza das manifestações que envolvem as crianças negras em sua relação com a escola muitas vezes passa despercebido. Mas, a partir do momento que questionamos os mecanismos desta relação, o problema torna-se nítido, e podemos ver com clareza os dispositivos utilizados pelo racismo, que dificultam não apenas o acesso e permanência da criança negra no ensino básico, como também impõe severas restrições à sua ascensão social, consumo de bens e a conquista da cidadania.

Este estudo é de grande importância para a conscientização das populações negras do Brasil.

Teoricamente, propõe a fusão das abordagens darwinista e de estratificação social, para o exame da situação histórica de exploração, marginalização e dependência em que vivem os negros após a abolição da escravatura.

Praticamente, o estudo é relevante porque visa incorporar a imagem da família e das referências culturais da criança negra no material didático escolar, levando em conta a experiência histórica e a oralidade / literalidade específicas à comunidade afro-brasileira.

Substantivamente, o estudo é importante porque propõe reflexões sobre o relacionamento entre o professor e os alunos negros, e estimular planejadores e supervisores da educação e planejá-la a atender o pluralismo cultural brasileiro.

Apesar da relevância dos itens que englobam toda a questão racial escolar no Brasil, é grande a necessidade de pesquisa que permeia sobre os assuntos direta ou ligados ao negro como: História do Escravo, Movimentos de libertação, Relações Raciais, O poder Político dos Negros, A ideologia do Branqueamento etc. Este estudo se preocupa especificamente com os fatores que excluem a criança negra das escolas, da negação da matrícula à evasão, caracterizando o baixo acesso e permanência da criança negra no ensino básico, demonstrando assim essas consequências do darwinismo e estratificação sociais.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo deste capítulo é revisar a literatura pertinente à vida escolar da criança negra, especificamente os fatores sócio-econômicos, políticos e culturais, ideológicos, raciais e outros que influenciam e dificultam o acesso e permanência da criança negra no sistema educacional.

Tal revisão começa na introdução com a contextualização histórica da transformação do negro escravo em cidadão, tornando-se a análise de cunho histórico-sociológico focalizada na sociologia da educação.

Através do darwinismo social se pretende demonstrar a desigualdade social e o atual status inferior do negro na sociedade brasileira, bem como suas dificuldades na aquisição da escolaridade, se deve a um processo de herança histórica cumulativa, em que o negro sucessivamente perdeu direitos, embora venha progressivamente reconquistando seu espaço de cidadania nos últimos 100 anos de pós-abolição.

O ponto de partida da análise, concentra-se na realidade do darwinismo social e suas implicações para as etnias africanas no Brasil.

Segundo Coutinho (1989), o darwinismo social tem como premissa básica, a aplicação do darwinismo biológico à ordem social, isto é, a existência de uma lei de seleção natural na sociedade humana, com as seguintes características: luta pela

sobrevivência, produção da riqueza, acumulação de capital, racismo, machismo, seletividade escolar e ocupacional, sectarismo religioso, ideológico etc.

As idéias darwinistas chegaram ao Brasil no século XIX, e tiveram uma aceitação considerável por parte das elites intelectuais brasileiras, que logo após a libertação dos escravos incentivaram uma política de imigração europeia, para contrabalançar o número de negros (que eram maioria) e ocuparem espaços com mão-de-obra remunerada em diversos segmentos da sociedade.

De acordo com Ianni (1972: 84), Maciel (1987: 72-78), o negro após a abolição, embora livre, passou a enfrentar a discriminação no trabalho, sendo aceito apenas nos serviços subalternos e braçais onde recebia salários inferiores aos dos brancos, muitas vezes pelos mesmos serviços.

Um século depois, o negro permanece nos estratos inferiores da sociedade entre as maiorias pobres e miseráveis e excluído do usufruto dos bens do progresso social, "...passaram-se cem anos da abolição da escravatura e o negro continua na imobilidade social..." (Nascimento, 1985: 24).

Em outros estudos, como os de Valente (1988), Santos (1988) e Ianni (1962), esses traços de desigualdade social, marcados pelo mecanismo racista de seleção, são frutos do darwinismo social que se fazem presentes até os dias de hoje. Considerando que a situação do negro atualmente não é muito diferente da vivida no fim do século.

O estudo do acesso e permanência da criança negra no ensino básico, e sua exclusão, começa com a constatação da negação e ignorância da história dos negros no Brasil. Numa coletânea de artigos coordenada por Triumpho (1991), critica-se o processo de negação da importância dos africanos na história do Brasil. As crianças que frequentam a escola de primeiro grau costumam terminá-la sem ouvir relevantes fatos históricos em que os africanos participaram, muitas vezes como heróis.

Como afirmam, Coutinho (1971: 5-7) e Valente (1988: 15), "... os negros nunca demonstraram ser passivos..." Deixa-se de mencionar nos livros didáticos e tampouco em salas de aula, os quilombos, as rebeliões, protestos, sua contribuição às artes, letras, ciência e política nacionais. Fatos esses que são imprescindíveis na construção da identidade étnica da criança negra. Além disso, dados coletados através de pesquisa de campo ministrada por Figueira (1990), o conteúdo transmitido nos livros didáticos, apresentam o negro como sem família, que sempre ocupa cargos de pouco prestígio social. A figura do negro não aparece no papel de patrão ou mesmo dirigindo um automóvel. E através desses estereótipos e estigmatizações que essa camuflagem tenta colocar sempre o negro na posição de inferioridade. Analizando esta situação, Nosella (1981) levanta a questão de que o livro didático pode servir como instrumento de destruição de identidade da criança negra e reprodutor do seu fracasso escolar.

O racismo como prática discriminatória na escola é de-

nunciada por Santos (1990: 26), Souza (1983: 38), quando é levantada a questão da democracia racial, inexistente na sociedade e sobretudo no âmbito escolar. A base europeizada dos modelos educacionais e a negação de conteúdos que valorizam a bagagem sócio-cultural dos alunos é uma das formas mais perniciosas de desestimular a aprendizagem.

Segundo Lopes (1987), a criança negra brasileira está diretamente impossibilitada pela sociedade de conhecer sua real identidade, pois, a compreensão da condição histórica do povo negro no Brasil, em toda sua plenitude, vincula-se ao entendimento do sistema econômico e social que caracterizaram e caracterizam a desigualdade social no Brasil.

De acordo com uma antologia de artigos organizada pela Fundação Carlos Chagas (1979), a realidade econômica em que a criança negra está inserida não lhe possibilita compartilhar das mesmas condições de vida que desfruta a criança branca. E isto é um reflexo do grande número de pais de família negros, que são discriminados no mercado de trabalho, sendo assim submetidos a empregos com baixos salários ou mesmo às condições e situações indignas de vida que os levam a trilhar o curto caminho para a marginalidade.

Negrão (1986), analisa, professores, principalmente primários, e conclui que alguns desses relegam as crianças negras e pobres à condição de "problema", por apresentarem traços de rebeldia, sendo classificados de incapazes de aprendizado e provindas de "meio pernicioso".

A dificuldade de acesso da criança negra à escola fundamental é sustentada por Valente (1987) ao abordar a rejeição e as dificuldades impostas pela sociedade para romper com essas barreiras. As crianças negras por se encontrarem em condições precárias de vida, acabam por deixar cedo a escola (quando chegam a ingressar na mesma) e vão fazer pequenos biscates para ajudar no sustento familiar.

Figueira (1990: 31), afirma que:

"O professorado reconhece a existência do preconceito racial na escola, seja entre alunos, de professores em relação a alunos, ou do corpo administrativo para com os alunos..."

Isto, nos leva a refletir acerca das diversas barreiras a serem rompidas pela criança negra dentro do âmbito escolar.

Segundo Triumpho (1991: 17),

"Há atualmente 23 milhões de crianças brasileiras sem estudar, sendo que dessas, 20 milhões são negras. O índice de analfabetismo da população negra é bem maior do que a da população branca..."

Conseqüentemente seu acesso e permanência na escola é problemático. O resultado desta seletividade escolar reflete em sua permanência na escola, uma vez que milhões de crianças negras não tem acesso aos bancos escolares, e dos que o tem, poucos o mantem.

Segundo Valente (1987: 56),

"A maioria das crianças negras são pobres. É verdade que existem brancos nas mesmas condições, porém, a 'classe privilegiada', é, constituída por brancos, por isso, dizer que no Brasil o que é preconceito

de classe não é racial, é outra tentativa de mascarar a questão..."

De acordo com o IPLAN (Instituto de Pesquisas Municipal de Planejamento, 1990) "... as favelas, local de maior concentração de negros, a profissionalização inexistente ou é precária".

Gonçalves (1987: 27), afirma que:

"...A escola brasileira está a serviço da classe dominante. Assim, alija o negro dos currículos escolares, isto é, um ato de discriminação não pelo que é dito, muitas vezes, mas por tudo aquilo que é silenciado".

Os dados de que dispusemos forneceram uma análise importante para avançar na reflexão de que esta trajetória escolar sinuosa sugere não apenas uma dificuldade na integração entre o sistema escolar e o alunado negro, com a persistência da desigualdade para este segmento racial que tenta apesar das dificuldades, se manter na escola e avançar em sua qualidade de vida.

CAPITULO III: METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é abordar a metodologia desenvolvida no estudo, que será uma pesquisa bibliográfica, baseada em colocações feitas por diversos autores, os quais abrem discussões sobre os vários fatores que dificultam o acesso e a permanência da criança negra no ensino básico, como também visa analisar dados, sobre a pirâmide escolar e a presença da criança negra na mesma.

Tal metodologia tem como público alvo, crianças negras de faixa etária de 7 a 10 anos matriculadas em escolas públicas do Rio de Janeiro. A amostragem será restrita as turmas de 1a. a 4a. séries do ensino fundamental.

Serão utilizadas as referências bibliográficas, tabelas, dados estatísticos, gráficos percentuais.

Também serão utilizados resultados de entrevista realizadas pela pesquisadora, a pessoas, grupos e entidades ligadas direta ou indiretamente à questão da trajetória da criança negra na escola.

A coleta de dados a ser feita pelo estudo envolve: levantamento bibliográfico em livros, artigos publicados em jornais e revistas, análise de relatórios sobre: Ensino da história das Civilizações Africanas na Escola Pública, interpretação de gráficos e tabelas etc.

A origem destas fontes de pesquisa serão: bibliotecas,

Institutos de Pesquisa e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO), Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da Populações Negras (SEDEPRON), Fundação Getúlio Vargas e Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE).

Esta coleta de dados será realizada diretamente pela pesquisadora. Todas estas informações coletadas se fazem necessárias para que possam enriquecer o conteúdo deste estudo que contará com duas análises:

1. Análise Quantitativa - fornecerá dados que permeiam a interpretação histórico-sociológica do problema.

2. Análise Qualitativa - Enfatizará o tratamento teórico do estudo quanto às teorias do darwinismo social e da estratificação social que serão usadas para a interpretação dos dados de ausência e não-permanência das crianças negras na escola.

Os resultados dessa pesquisa serão discutidos e apresentados enfocando a seleção social da instituição escolar e os mecanismos que dificultam o Acesso e Permanência da Criança Negra na Escola Básica, contestando a tão propalada democratização das oportunidades educacionais.

O texto será dividido em capítulos.

O Capítulo I da monografia é o da Introdução, o qual contém os objetivos, o problema em questão, a importância do estudo, a limitação do estudo.

O Capítulo II trata da revisão da literatura, uma perspectiva teórica do estudo.

O Capítulo III aborda a metodologia, explicitando os

procedimentos usados no percurso da pesquisa.

O Capítulo IV trata do acesso e permanência da criança na escola pública brasileira, contextualizando historicamente a desigualdade social no Brasil, o pano de fundo para as pirâmides social e escolar.

O Capítulo V repete a análise anterior feita para a clientela em geral, especificando aqui o acesso e permanência da criança negra no ensino básico, mostrando a desigualdade social do negro no Brasil, as pirâmides social e escolar do negro e o desempenho escolar da criança negra.

O Capítulo VI trata da superação das dificuldades da criança negra, envolvendo as dificuldades de ser pobre e preto na escola, a superação dos obstáculos e a permanência na escola e na sociedade, e o destaque social de alguns negros.

Por fim, esta monografia apresenta a conclusão e as referências bibliográficas.

CAPÍTULO IV: ACESSO E PERMANENCIA DA CRIANÇA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

O objetivo deste capítulo é analisar brevemente os fatores históricos da desigualdade social e escolar, assim como constatar, em percentuais, os índices dessas diferenças, suas causas, consequências e respectivas características, analisando as dificuldades de acesso e o elevado número de anos de permanência no sistema escolar.

4.1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Não houve por parte das elites coloniais um interesse em educar as classes dominadas e estabelecer uma política sócio-econômica que possibilitasse uma melhor condição de vida aos menos abastados.

A educação brasileira já no período colonial caracterizava-se por seu elitismo, servindo principalmente à aristocracia agrária, e contribuindo para a dominação do povo.

Na realidade havia todo um jogo de interesses para manter a população em uma eterna dependência sócio-econômica e cultural, que cada vez mais acentuava as desigualdades.

O domínio português implantou no Brasil uma política colonizadora de exploração que não permitia o desenvolvimento e a libertação das classes dominadas, ficando o acesso a educação

restrito a uma minoria elitista (Lopes, 1987).

O bloqueio do crescimento intelectual do povo brasileiro e a negação do direito de participar direta e ativamente no meio político, conduziu as grandes massas de subalternos a uma situação de inércia social.

De acordo com Coutinho (1993: 27),

"Os resultados desses processos de dominação foi o surgimento de um povo dependente e subalterno, sem muita iniciativa e sem compromisso com a transformação de sua realidade, pois tudo era pensado de cima e de fora, nada cabendo aos locais, a não ser obedecer e conformar-se. Promovendo a submissão, a obediência e a conformação, a educação colonial e neo colonial sufocava a autonomia e liberdade de pensamento e fomentava a dependência do mestre, do santo, dos senhores".

Com a chegada dos padres jesuítas no Brasil, em 1549, a educação passou a ser usada com instrumento de aculturação (Hollanda, 1976 - Vol I).

Apesar de sua função colonizadora, o ensino propiciado pela ordem jesuíta foi criticado por seu dogmatismo. Uma vez que a estrutura econômica brasileira estava baseada na monocultura e exigia pouca ou nenhuma qualificação para o trabalho, sendo assim, restava à educação a dupla função de reproduzir as relações de dominação e a reprodução da ideologia dominante (Freitag, 1980).

A seletividade das classes sociais no período colonial, se processava de acordo com a cor da pele de cada grupo. Portanto: os negros, mestiços e índios, se posicionavam nos patamares mais baixos da sociedade, em segundo lugar ficavam os fi-

lhos dos colonos e no topo da escala social, ficavam os integrantes da família real e os funcionários superiores da coroa.

A educação era um bem concedido apenas aos brancos de posses. Apenas em casos esporádicos, mestiços ou descendentes de família não-escrava, poderiam ocupar cargos públicos.

No período neo-colonial, quando o sistema econômico mundial assume posturas de superioridade ao transitar do lirismo econômico de Adam Smith para o capitalismo monopolista, o processo educacional brasileiro sofre transformações, no entanto, as características elitistas assumidas no período colonial persistem.

"O sistema educacional que se inicia de cima para baixo (primeiro as academias, depois as escolas secundárias e depois as primárias), foi desenvolvido mais de acordo com as necessidades da nobreza e classes altas do que segundo as aspirações das classes subalternas, ainda, muito destituídas do poder para articulá-las".

(Coutinho, 1993: 68)

Com a chegada de D. João ao Brasil em 1808, ocorreram grandes mudanças na ex-colônia, principalmente no que diz respeito à educação. A criação de academias de ensino superior, Academias Militares, Escola Real de Ciências, Real Academia de Desenho, Pintura e Escultura etc.

Apesar de todo este progresso no campo educacional brasileiro, a educação não atingia as classes subalternas, pois, a formação teórica evidenciada no caráter elitista as distanciava cada vez mais dos livros e das escolas.

Após a independência econômica do Brasil, muitas tenta-

tivas foram feitas para se implantar um sistema educacional que atendesse as classes de baixa renda.

O apoio de D. Pedro II à formação acadêmica dos mulatos foi uma das importantes medidas afim de atenuar a desigualdade de oportunidades. Neste período, foram muitos os mulatos que tiveram acesso às universidades e adquirindo o título de bacharéis. Com isso, muitos deles vieram a ocupar importantes postos na política e nas profissões liberais (Freyre, 1951).

No início da República Velha, foram criadas muitas escolas primárias e secundárias, mas suas doutrinas seguiam a tradição jesuítica, e isto tornava o conteúdo completamente fora da realidade, sem qualquer afinidade com a população, servindo apenas às classes elitizadas.

O período seguinte, conhecido como "Segunda República", consolida-se pelo ideal de desenvolvimento industrial. Eis que Getúlio Vargas movido pelo nacionalismo econômico promove reformas, englobando as desigualdades no campo social, como a criação do salário mínimo, FGTS, direito a férias etc., o que protegeu o negro do pior.

Em 1942, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, originou o despertar das discussões no sistema educacional, que repercutiram em mudanças no sistema econômico e político.

Muitas idéias escolanovistas foram incluídas na Constituição de 1934 na liderança das medidas educacionais alcançadas pela Revolução de 1930, quando foi criado o Ministério da Edu-

cação. Mas foi na Constituição (1937) do Estado Novo, estabeleceu seu Artigo 129, que era dever do Estado prover educação pré-vocacional e profissional para as classes desprivilegiadas. (Coutinho, 1993).

Foram então criadas as escolas de formação profissional (SENAI, SENAC), o que não deixava de ser uma estratégia de afastar as classes subalternas do "ideal" universitário, pois, desde o momento que o curso profissionalizante concebia habilitação para o trabalho.

De acordo com a Lei Afonso Arinos, no. 1390, de 03 de julho de 1951 - Art 10. - Constitui contravenção penal, punida nos termos desta lei, a recusa, por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza por preconceito de raça ou cor. As lutas contra a desigualdade tomam base consistente, pois adquirem a partir daquele momento um respaldo legal.

Na Constituição de 1988, uma outra emenda de Afonso Arinos, parágrafo sobre educação afirma punir com reclusão, qualquer tipo de discriminação, tornando o racismo crime inafiançável.

Todas essas conquistas foram preciosas para a ruptura desse sistema desigual de que fazem parte, brancos e negros, ricos e pobres. No entanto, muitas conquistas ainda são necessárias. Pois, atualmente, as ruas das metrópoles demonstram o grau da desorganização institucional, econômica e familiar: moram famílias inteiras nas ruas, embaixo de pontes, viadutos e

em buracos de obras inacabadas. São famílias sem nenhuma condição de transformarem-se em cidadãos, tal o descaso das elites.

Segundo o IBGE de 1990, 53,5% de crianças e adolescentes pertencem à famílias de renda per capita de 1/2 salário mínimo, o equivalente a 32 milhões de meninos e meninas vivendo em total estado de miséria. Desta forma, promove-se o darwinismo, que alcança o seu auge, com o total extermínio da "raça inferior".

Em relatório do CEAP, conclui-se que o extermínio de crianças e adolescentes no Brasil (1993) foi de 21% devido a envolvimento com a marginalidade ou simplesmente por "estarem" nas ruas.

Nos Estados onde o percentual de assassinato de crianças foi muito alto, classificam-se Rio de Janeiro (62%), Minas Gerais (52%), São Paulo (47%), Espírito Santo (32%), Pará (31%) e Ceará (25%). Segundo este estudo, 86,88% eram negros e não eram sequer alfabetizados.

4.2 - AS PIRAMIDES SOCIAL E ESCOLAR

O sistema de ensino no Brasil gera elevadas taxas de repetência e baixos níveis de escolarização, e a desigualdade no desempenho educacional entre os diferentes grupos sociais, é um dado incontestável.

Os baixos níveis educacionais de nossa população não

são favoráveis. A repetência permeia todo o sistema educacional brasileiro de tal forma, que atinge em grandes proporções, alunos da rede pública e privada, bem como alunos de todos os estratos sociais, ainda que possam ser notados alguns diferenciais. No Sudeste urbano, a renda alta foi de 37,4% na 1a. série em 1992, a mesma taxa para o Brasil como um todo foi de 52,4%.

Ribeiro (1990), ao analisar as chances de reprovação para populações urbanas pobres do Nordeste, constata que:

" (...) a probabilidade de promoção para os alunos na 1a. série é próxima de zero, sobe para aqueles que já têm uma repetência e volta a cair para quem foi reprovado mais de uma vez. Este dado indica claramente que nas escolas das classes subalternas de nossa população existe uma determinação política (ainda que não explícita) de reprovar sistematicamente todos os alunos novos" (Ribeiro, 1990: 12)

A repetência é o principal problema do sistema educacional brasileiro, atingindo especialmente os mais pobres.

Os aspectos sócio-econômicos e demográficos do PND constataam que a concentração dos orientais e descendentes na região mais industrializada do país e sua participação nos melhores índices sócio-econômicos, projetam para esse grupo níveis de escolaridade dos mais elevados.

Os obstáculos interpõem-se à trajetória escolar dos indivíduos. O acesso tardio e a repetência pouco a pouco aumentam a distorção idade-série.

Os mecanismos de seleção e exclusão do alunado desfavorecido economicamente no sistema educacional impedem o acesso

aos graus mais elevados do ensino a essa categoria, de modo a manter-lhe o status quo social. Dessa maneira, a escola atua em sincronia com um tipo de sistema sócio-econômico que marginaliza e desclassifica as classes subalternas.

Segundo Mello (1985),

" (...) em meio a esse quadro de relações contraditórias, na qual a educação escolar é proclamada de direito de todos, e ao mesmo tempo negada a grupos determinados, se efetua concretamente a mediação entre a origem e o destino social de cada aluno em particular como expressão singular da reprodução/negação das classes sociais".

Segundo dados do IBGE (1992), a pirâmide social dividida em renda mensal de acordo com o número de salários recebidos por categorias. E fazendo um paralelo com a pirâmide educacional veremos que existe uma relação direta entre a condição sócio-econômica e o nível de escolaridade alcançado.

PIRAMIDE SOCIAL	PIRAMIDE EDUCACIONAL
150 ou mais salário	5,9 8a. série
100 salários	9 7a. sér.
34 salários	11 6a. sér.
11,4 salários	15% 5a. sér.
8,5 salários	21,4% 4a. sér.
3,4 salários	23,2% 3a. sér.
24,2 - salário mínimo	38,5% 2a. sér.
26,6 - População sem salário. Trabalham por comida.	92% 1a. sér.
	População sem acesso a escola

As pirâmides acima ilustradas revelam uma certa correspondência entre a condição econômica de cada grupo e suas possíveis chances de ascender socialmente através da educação.

As condições gerais de vida, como moradia, saúde, alimentação são fatores básicos para o bom desempenho escolar (Valente, 1987).

Cada vez mais o número de famílias recebendo apenas um salário mínimo ou mesmo miseráveis que sobrevivem de pequenos "bicos", residindo nas ruas das grandes cidades, vêem cada vez mais distante o "sonho" de conseguir melhorar sua condição social através da educação.

Como indicam os dados sobre acesso, a maioria consegue entrar na escola, sendo a proporção daqueles que nunca ingressaram no sistema de ensino, é maior entre pretos e pardos do que entre brancos (Hasenbalg e Silva, 1990). Assim, a filiação racial dos indivíduos apresenta um efeito importante na determinação do acesso ao sistema de ensino (Silva e Hasenbalg, 1992).

Ser aprovado na 1ª. série é o desafio inicial de quem entra na escola como indica as taxas de aprovação, nas séries futuras.

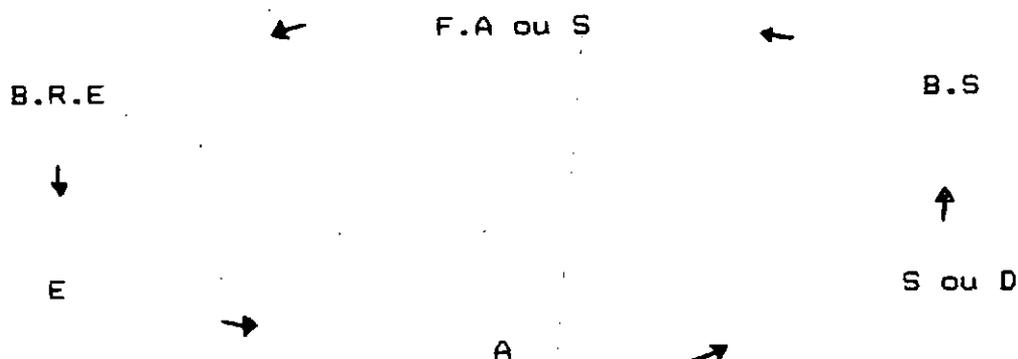
A renda familiar apresenta um efeito negativo sobre as chances de aprovação. A seletividade embutida no processo educacional parece selecionar entre os pobres, aqueles de situação sócio-econômica melhor do que seus colegas.

A evasão é um fenômeno um tanto diferente na medida em

que se conjuga uma perspectiva de avaliação dos retornos da educação com importantes fatores de oferta. A distorção ida-de-série causada basicamente pela repetência, a necessidade de ingresso no mercado de trabalho e o alcance da rede de ensino estão presentes na decisão de sair da escola.

Neste contexto, parece evidente que maiores níveis de renda garantem o acesso a níveis mais adiantados de escolaridade.

O contrário disso é, quanto menores os níveis de renda, menores as chances de acesso e permanência na escola. Não apenas isso, o fracasso escolar implica em possível evasão, que acontecendo nos dois primeiros anos de escolaridade resulta em retorno ao analfabetismo por desuso das habilidades de leitura e escrita adquiridas. E essa situação das classes subalternas, condenadas à pobreza por gerações sucessivas até a extinção darwinista (nas encostas dos morros, nos hospitais mal-aparelhados, fome etc). Configurando o que Myrdal (1966) chamou de círculo vicioso da pobreza, o qual tem sua cultura da pobreza (Castro, 1950).



A - Analfabetismo

S - Sub-emprego ou D - Desemprego

B.S - Baixo salário

F.A - Fraca Alimentação ou S - Sub-nutrição

B.R.E - Baixo Rendimento Escolar

E - Evasão

A cultura da pobreza é baseada na desigualdade da pirâmide social, que gera o círculo "vicioso" da pobreza.

Este é um quadro que se faz presente no Brasil, sobretudo no Nordeste, onde os índices de baixa renda familiar e condições de vida miseráveis são amargados por um grande número da população.

Só com forte intervenção governamental é possível romper esse círculo, já que as classes subalternas, entre elas o negro, não tem condições para quebrar o círculo que se reproduz nas gerações subsequentes.

CAPITULO V: ACESSO E PERMANENCIA DA CRIANÇA NEGRA NO ENSINO BA- SICO

O objetivo deste capítulo é estruturado na função social da educação para a criança negra brasileira, e a caracterização dos obstáculos que dificultam seu acesso e permanência no sistema escolar, descrevendo as variáveis intra-escolares que afetam o seu rendimento.

5.1 - A DESIGUALDADE SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL

"Há cinco séculos o negro está no Brasil. Há cinco séculos ele tem sido força motora da acumulação capitalista, sempre localizado nos piores setores da economia e vivendo na maioria das vezes em condições desumanas. Historicamente, o negro passou dos porões dos navios negreiros para os porões da sociedade brasileira". (Triunpho, 1991: 18)

Atualmente, o Brasil vive o mito da democracia racial. Mas o povo negro vive em um sistema segregado no semi-emprego e no sub-emprego, na segregação residencial urbana que lhe é imposta pela raça e pobreza, lhe sendo destinado as favelas, mocambos, conjuntos populares, marquises, ruas,...

A cor é um critério importante na seleção social. Exatamente como na premissa do darwinismo social, que utiliza a cor da raça como critério de seleção natural, a seleção social considera os brancos seres superiores e mais capazes intelect-

tualmente, sendo reservado aos negros, serviços braçais e domésticos, quando não a marginalidade.

Hoje, como sempre no Brasil, a maioria dos negros é pobre. A comunidade branca, embora seja minoria no Brasil, tem mantido a exclusividade do poder, do bem-estar e da renda nacional. Mais da metade da população brasileira é descendente de povos africanos e a maioria vive em estado de extrema miséria.

"Infelizmente, as oportunidades nunca ocorrem em pé de igualdade. Os brancos sempre levaram vantagens sobre os negros e índios. Estudiosos apostavam que depois da escravatura, o desenvolvimento econômico venceria os problemas de ascensão dos não-brancos. Isto não aconteceu, pelo contrário, surgiram mais problemas reforçando, assim, a discriminação. Várias pesquisas mostram que os negros são discriminados no mercado de trabalho ..."

(Santos, 1989: 5)

O resultado deste racismo, contra o povo negro, se reflete na educação, uma vez que milhões de crianças negras não tem acesso aos bancos escolares, fazendo com que a grande massa de analfabetos brasileiros seja da raça negra.

As chances de sucesso de alunos pretos e pardos são baixas. O predomínio desses grupos em áreas menos desenvolvidas e em condições que apresentam um ambiente sócio-econômico mais pobre, com famílias mais numerosas e baixa escolaridade dos pais, permitem antever que a experiência educacional dessas crianças será mais modesta.

Segundo Triunpho,

"A escola brasileira é etnocêntrica, e tem como base as culturas européias. Por isso, ignora a rica cultura do povo negro e nega a sua contribuição efetiva na construção sócio-econômica do Brasil".

O livro didático torna-se um instrumento de discriminação racial na escola, quando o mesmo reforça as diferenças mostrando figuras de pessoas brancas desempenhando funções em cargos elevados como: médicos, engenheiros, professor etc. E o negro, só é caracterizado como: faxineiro, ambulante, empregado doméstico (não que sejam profissões indignas), enfim reforçando a imagem de que os negros são seres inferiores e que vivemos numa sociedade de classes, onde há dominantes e dominados.

Quanto ao ensino-aprendizagem, não é levado em conta a necessidade de se valorizar a bagagem sócio-cultural que o aluno traz consigo para a escola. E é imposto ao alunado negro currículos escolares que não tem nenhuma afinidade com sua identidade cultural, que muitas vezes é omitida e/ou ridicularizada.

As consequências de todo esse processo de discriminação e rejeição do negro na sociedade como um todo resultam segundo Valente (1987) em um duplo caminho; onde a criança negra precisa a todo momento mostrar que é capaz, se mostrando extremamente estudiosa, mesmo assim, é inevitável ouvir: "Ele é negro, mas é inteligente". Ou se render ao sistema e abandonar cedo a escola, para ajudar no orçamento familiar, indo executar pequenos trabalhos como: vender doces pelas ruas, lavar carros, atuar em serviços domésticos, realizar pequenas tarefas no mun-

do do crime, exercendo funções de "olheiro" ou "avião", ou até mesmo entregando-se à prostituição, como mostram dados estatísticos do IBGE, 1990, em que se constata que o fenômeno da prostituição de crianças e adolescentes negras de baixa renda vem atingindo proporções escandalosas em quase todas as cinco regiões brasileiras. Sendo a base da problemática, o crescimento da miséria.

Todo esse quadro em que estão inseridas as populações negras brasileiras revelam a desigualdade dos diversos setores da sociedade. Embora no Brasil a lei afirme que "somos todos iguais", os fatos do dia-a-dia nos mostram que o darwinismo social se faz presente nos dias de hoje, caracterizando cada vez mais os negros como classe subalterna e promovendo o seu extermínio.

5.2 - AS PIRAMIDES SOCIAL E ESCOLAR DO NEGRO NO BRASIL ATUAL

A reprodução das diferenças raciais no âmbito do mercado de trabalho com base em dados agregados mostram as transformações e a dinâmica do modelo capitalista de desenvolvimento brasileiro, efetuando recortes temporais e, algumas vezes, regionais e verificam a variação, entre os grupos de cor, dos índices de realização sócio-econômica e/ou ocupacional, das taxas de retorno à educação. Tais níveis vão combinar variáveis do tipo: origem social das pessoas, nível de instrução e acesso às melhores ocupações e conseqüentemente, aos maiores rendimentos.

Com base em dados do censo de 1991, constata-se que pretos e pardos apresentam menores taxas de retorno para igual qualidade de educação e experiência que os brancos, com um aumento da diferença de rendimentos quanto maiores os níveis de escolaridade.

No tocante ao mercado de trabalho, a mobilidade profissional e social de pretos e pardos, torna-se um mecanismo de restrição ao espaço desse grupo na sociedade, uma vez que a cor funciona como um estigma seletivo para a inserção no mercado de trabalho, onde os negros apresentam as maiores taxas de desemprego.

Dados referentes ao rendimento médio mensal da população economicamente ativa segundo a cor. (Gráfico no. I, fonte: PNAD de 1990, exposto no anexo).

Concluimos que aproximadamente metade da população economicamente ativa (52,1%), ganha até dois salários mínimos, enquanto no outro extremo menos de 10% (7,7%) recebem acima de 10 salários mínimos. A faixa que possui maior percentagem é a que corresponde de um a dois salários mínimos (26,5%).

Ainda em relação à faixa salarial até dois salários mínimos, os pretos e pardos apresentam os maiores percentuais se comparados aos outros grupos - sendo pretos (69,3%), pardos (65,4%), brancos (42,3%) e amarelos (japoneses) (18,5%) - perdendo gradativamente essa posição na medida em que aumentam os rendimentos.

Os brancos e amarelos possuem pouca participação nas

faixas salariais mais baixas, de até três salários mínimos. Porém, apresentam os maiores percentuais a partir dessa faixa, ressaltando que no extremo, isto é, acima de dez salários mínimos, esse grupo se destaca (brancos e japoneses somando 41,4%, pretos com 1,5% e pardos com 3%). A faixa de menor rendimento, ou seja, até 1/2 salário mínimo, os pretos (15,1%) e os pardos (8%) são os que representam os piores rendimentos, os brancos (7,5%) e amarelos (4,5%).

De fato, os pretos e pardos, que em 1990 representavam em torno de 53% da população total bem como as pessoas ocupadas, eram os que se encontravam na situação mais desvantajosa. Esse grupo possuía as maiores taxas de participação no mercado de trabalho (de baixo escalão), se comparados aos brancos, destacando que os pretos e pardos entram mais cedo e saem mais tarde.

Ao analisarmos o atual quadro social do negro brasileiro, percebemos a total desvalorização de sua mão-de-obra e as poucas oportunidades de ascensão, ficando limitado a condição de pobre e desqualificado.

Através da educação é possível o crescimento intelectual e social do indivíduo. Porém, no caso do negro faz-se necessário reverter o quadro de imobilidade que se configura no Brasil e transformar a situação de desigualdade crônica.

Os dados são contundentes ao revelar a gravidade da crise na educação. E grave e tem cor. (Barcelos, 1992).

Quase metade da população negra, ao passar pela escola,

atinge apenas os quatro anos iniciais. Isso mostra que o antigo primário é um relevante ponto-limite, seja porque visto como suficiente, seja pela necessidade do jovem estudante de ingressar no mercado de trabalho.

O escasso número daqueles que chegam à universidade se justifica pela grande concentração nos níveis mais baixos de ensino: 9,2% dos brancos concluem o curso de nível superior, enquanto para os negros o índice é extraordinariamente menor, ficando em 1,2% para os pretos e 2,1% para os pardos. (Ver Gráfico no. 2 no Anexo. Fonte: PNAD de 1990).

Os números referentes à sequência nos anos de estudo revelam o afunilamento em que o negro se encontra no que se refere a educação. Segundo dados do IBGE 1992, 37% dos negros brasileiros possuem primário incompleto, 26,3% primário completo, 19% 1o. grau incompleto, 7,7%, primeiro grau completo, 8,4% 2o. grau, 1,2% possuem curso superior.

A intensa concentração de estudantes negros no 1o. grau (92% aproximadamente) e pequenínissima participação nos 2o. e 3o. graus. A gravidade da situação se evidencia quando se percebe que em cada 4 estudantes negros, apenas 1 está cursando uma série ou grau escolar superior à 4a. série do 1o. grau.

Os dados nos revelam sobre os diferenciais na realização educacional e profissional dos grupos raciais é alarmante. Negros, retidos nos patamares educacionais mais baixos e sem condições de ascender profissionalmente devido ao processo seletivo no mercado de trabalho e isso torna-se um círculo vicio-

so em que cada vez mais as diferenças são marcadas e as oportunidades restritas.

Essa forma contrastante de vida de negros e brancos, pobre e ricos, classe média e miseráveis, contém em seu bojo o mito darwinista de seleção natural, que coloca o branco como superior e capaz de sucesso, ao contrário do negro que fracassa por "incapacidade e inferioridade".

5.3 - O DESEMPENHO ESCOLAR DA CRIANÇA NEGRA

De modo geral, a avaliação do rendimento escolar baseia-se na análise das taxas de aprovação/repetência, exclusão e que se refletem na adequação, ou inadequação, entre a série que o aluno frequenta e sua idade, o que tem denominado de relação ideal entre série e idade: o sistema de ensino pressupõe uma trajetória escolar ideal, onde aluno, ingressando com 7 anos na 1a. série (idade de acesso), iria sucessivamente para as séries seguintes.

Das tabulações especiais do IBGE, os dados são extremamente claros: para todas as séries do 1o. grau, o alunado negro apresenta índices de exclusão e repetência superiores aos dos brancos. Sendo alarmante que em 1992, apenas 59,4% das crianças negras tiveram acesso e frequentaram a 1a. série do 1o. grau.

O índices apontam que as crianças negras não apenas repetem de ano mais frequentemente que as brancas, mas deixam de

frequentar a escola em maior proporção e mais cedo. O índice de aprovação entre brancos é superior ao de negros em mais de 10 pontos percentuais (71,4%).

TABELA 1

PORCENTAGEM DE PESSOAS DE 7 ANOS OU MAIS, POR COR E SERIE QUE FREQUENTAM EM 1991 E 1992 - RIO DE JANEIRO

SERIE FREQUENTADA EM 1991/COR	NAO FREQUENTA ESCOLA	FREQUENTA MESMA SERIE ANO ANTERIOR	FREQUENTA A SERIE SEGUINTE A DO ANO ANTERIOR
1a. SERIE/1o. GRAU			
BRANCOS	6,1	25,6	86,3
NEGROS	12,5	37,8	61,1
2a. SERIE/1o. GRAU			
BRANCOS	6,8	30,8	91,7
NEGROS	12,6	52,1	68,3
3a. SERIE/1o. GRAU			
BRANCOS	12,0	20,1	82,9
NEGROS	20,4	38,1	78,3
4a. SERIE/1o GRAU			
BRANCOS	20,5	17,0	77,6
NEGROS	41,0	11,1	72,7

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS - 1992.

Parece-nos claro, diante destas informações que a criança negra não consegue transpor sem dificuldades sua trajetória escolar.

A seletividade praticada já no momento da matrícula,

selecionando a clientela de maneira homogênea, definindo a priori o perfil de algumas escolas. Este mecanismo de seleção permite à instituição, sobretudo a de classe média, defender seu status e desempenho, recusando e marginalizando a criança negra e pobre. Esses alunos são, em sua maioria, encaminhados para escolas carentes, sem equipamentos adequados, com instalações físicas precárias e corpo docente mal preparado, também carente de valorização profissional (Cury, 1968).

As crianças negras já em sua grande maioria, enfrentam dificuldades em relação a desnutrição, falta de acompanhamento médico e odontológico, moradia deficitária, pais com baixa escolarização etc. São "condenados" a se enquadrar em grupos escolares que apresentam inúmeras deficiências físicas.

O material didático inadequado à idade e série escolar e a desvalorização da figura do negro nos livros são alguns elementos que provocam o desestímulo completo à aprendizagem.

O procedimento do professor "despreparado" reforça o mal desempenho escolar do alunado negro, que se sente rejeitado por perceber que o professor antecipa o seu fracasso, tomando por base ser oriundo de família problemática, pais desempregados, mal alimentados etc, e não acredita na sua capacidade, achando que não vale a pena investir nele.

Também o aluno, em sua "fala", assume a responsabilidade do fracasso escolar - algumas das inúmeras repetências devem-se à "malandragem" individual.

Triumpho (1990), constatou em pesquisa que muitas cri-

anças negras tem raiva da escola e acalentam o desejo de destruí-la. Reclamam da falta de atenção e cuidado e desejam abandonar os estudos e ingressar logo no mercado de trabalho.

Os mecanismos de seleção e exclusão do alunado negro no sistema educacional parecem ter um sentido político, já que impedem o acesso aos graus mais avançados do ensino, de modo a manter o status quo social. Dessa maneira a escola atua em sincronia com um tipo de sistema sócio-econômico que marginaliza e desclassifica as classes subalternas (Bourdieu, 1975).

Em meio a esse quadro das relações contraditórias na qual a educação escolar é proclamada de direito de todos, e ao mesmo tempo negada a grupos determinados, se efetua concretamente a mediação entre a origem e o destino social de cada aluno com expressão singular de reprodução/negação das classes sociais.

As formas de marginalização do aluno negro são várias e, dentre elas, encontra-se o discurso sobre tratamento igual para todos. Esse discurso nega as contradições sociais, as diversidades culturais e legitima o saber homogêneo. Esse tipo de racismo manifesta-se não só pelo que é dito, mas também por tudo que silencia.

Segundo Cury (1968), a transmissão do conhecimento se dá de modo distorcido, fragmentado e selecionado, usado de acordo com interesses que expropriam um tipo de saber e impõem uma visão de mundo cujos valores são tidos como universais. Outros tipos de saber tais como os produzidos pelas classes su-

balternas, são banalizados.

Mas, como o saber dominante é apresentado como desvinculado da organização sócio-econômica e política da sociedade e sem padrões étnicos, esta transfere a responsabilidade do desempenho escolar ao plano individual, convencendo a cada um de que o sucesso ou fracasso escolar depende exclusivamente da habilidade e competência do alunado, levando-o a internalizar a "culpa" por seu próprio fracasso escolar e/ou social.

CAPÍTULO VI: A SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DA CRIANÇA NEGRA

O objetivo deste capítulo é analisar as variáveis que atuam no ambiente social do negro, bem como refletir acerca das dificuldades vividas pelo mesmo na sociedade e na escola. Algumas propostas serão abordadas como instrumento de superação dos obstáculos que a criança negra enfrenta no sistema educacional. E também, será ponto de análise a situação de destaque vivida por alguns negros na sociedade brasileira.

6.1 - AS DIFICULDADES DE SER PRETO E POBRE NA ESCOLA

Apesar do povo negro ter erguido as estruturas econômicas de nosso país, hoje nesta sociedade capitalista, ele é considerado um cidadão de segunda categoria.

A comunidade branca, embora seja minoria no Brasil, tem mantido a exclusividade do poder, do bem-estar e da renda nacional. Mais da metade da população brasileira é descendente de povos africanos e a maioria vive em estado de extrema miséria.

Muitas pesquisas (das quais destacaremos a de Triumpho, 1991) têm evidenciado um número significativo de desigualdades raciais no acesso ao emprego, à educação, à participação política, à saúde, à moradia.

Também a violência policial atinge muito o homem negro,

sendo também, muito cruel contras as crianças e os jovens negros. Pois, há todo um processo psicológico de uma postura racista que atua na cabeça das pessoas que insistem em ver a figura do negro como alguém que não inspira confiança, estando sempre associado a malandros, ladrões, traficantes, etc. No caso das crianças e jovens, são tidos por vizinhos e professores como "problemas". Este quadro se configura pela ideologia de imagens estereotipadas que se têm do negro. Ao dizer que os negros são arruaceiros, problemáticos, sujos, irresponsáveis, brigões, etc. As meninas negras são discriminadas esteticamente por não apresentarem um padrão de beleza que se enquadra no "ideal branco". E passa a não ter oportunidade de sucesso nos concursos realizados na escola, do tipo Miss Primavera, Miss Estudante, Rainha da Festa, etc.

A situação do negro atualmente não é muito diferente daquela de cem anos atrás. Pois, tal como aconteceu quando foi abolida a escravidão, as taxas de desemprego e de subemprego são maiores entre os negros que entre os brancos (Valente, 1987). Os negros geralmente conseguem trabalho de pouco prestígio social. Isto decorre de ser a cor um importante critério de seleção social. A linha da cor passou a se confundir com a linha de posição social, em outras palavras, os negros ocupam as mais baixas posições na sociedade. Logo, a maioria dos negros é pobre e oprimida.

As relações desiguais presentes na sociedade ocupam todos os espaços, mesmo o escolar. O preconceito e a discrimina-

ção ocupam todos os espaços, mesmo o escolar, e muitas crianças negras são vistas pelos professores ou mesmo coleguinhas de classe como: incapazes, rejeitados, necessitados, etc. E a criança negra se vê diante de um conflito interior. E acaba por abandonar a escola ou, se tenta contornar a situação, começa a se mostrar extremamente estudiosa, a mais inteligente... Em geral, caem no círculo vicioso da pobreza, pois, o desempenho escolar depende de outras coisas, além de força de vontade, como: boa alimentação, boas condições de saúde e higiene, uma estrutura familiar sólida, moradia, etc.

Mas, se a grande maioria dos negros está desempregada ou sobrevivendo de pequenos "bicos", como desfrutar dessas "regalias necessárias"?

O último e recente Censo Demográfico de 1990, produzido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), examina a situação do negro brasileiro. O retrato formulado pelas estatísticas é deprimente, pelo que mostra em matéria de desigualdade. Também é didático no que diz respeito às dificuldades enfrentadas na sociedade brasileira pelo negro, que quanto mais estuda para ter uma profissão bem remunerada, maior é a diferença entre o seu salário e o do branco.

Dados dessa situação, com base em pesquisas realizadas nas cidades de: São Paulo e Recife:

- os rendimentos de um médico negro são 22% mais baixos que os de um branco;
- um engenheiro negro ganha 19% menos que um branco;

- os professores negros ganham 18% menos que os brancos;
- os motoristas brancos ganham 19% mais que os negros;
- um metalúrgico torneiro-mecânico negro recebe 12% menos que um branco.

Naquelas profissões em que o negro ocupa a maioria dos empregos, como se sucede entre servente de pedreiro e as empregadas domésticas, nesta faixa de cidadãos para os quais a vida é uma luta diária e o pagamento das necessidades básicas é um magro ordenado mensal, brancos e negros ganham salários iguais. A igualdade só existe aí, no fundo do poço.

Escondido atrás da cobertura de pobreza que envolve a população negra, o racismo brasileiro tem como alvo um cidadão que está longe de viver na plenitude de seus direitos - por essa razão, o preconceito pode manter-se invisível na maior parte do tempo.

Passados cem anos da Abolição, há no Brasil duas cidadanias distintas - a branca e a negra. Não é apenas uma questão de cor, é uma qualidade de vida. O negro, quando nasce, tem 30% a mais de chances que o branco de morrer antes de completar 5 anos de idade. Quando cresce, tem o dobro das chances de sair da escola sem aprender a ler, nem escrever. Quando morre, acaba uma vida que se esperava de 50 anos. Se fosse branco, teria uma expectativa de vida de 63 anos.

6.2 - A SUPERACÃO DOS OBSTACULOS E PERMANENCIA NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

"A perversidade da estrutura de dominação racial já está exposta à luz do dia. Nem camuflagem e sutileza conseguiram manter por tempo infinito um povo inteiro destituído de sua inerente humanidade. Afortunadamente, os negros estão conscientes de que só denunciar não basta. Para derrotar o poder racista, precisamos lutar tenazmente sobretudo no campo da educação".

(Triumpho, 1991:13)

Durante todo o período colonial e até a República, a educação do negro sempre foi relegada a segundo plano. Era muito raro o negro brasileiro frequentar uma escola, até porque seu tempo era todo ocupado no processo produtivo.

Com a criação das escolas públicas e mesmo após a abolição, dentro do quadro discriminatório e preconceituoso com relação ao negro, permaneceram as dificuldades de acesso e permanência na escola, acrescidos de discriminação sofrida na mesma através do escamoteamento das diferenças, da veiculação do saber dominante, que esconde a verdadeira história negra, e de práticas escolares que reforçam estereótipos e preconceitos com relação ao negro (Triumpho, 1991).

Entretanto, as consequências do preconceito racial no ensino não atingem apenas a criança negra. Afeta a população infantil como um todo, pois a experiência histórica, filosófica e cultural da maioria brasileira de origem africana constitui um dos alicerces da civilização brasileira e da identidade nacional.

De acordo com propostas concretas de ação pedagógica, que tem o objetivo de superar as dificuldades da criança negra compreender e não sentir-se estigmatizada na escola, o 1o. Fórum Estadual sobre o Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública, manifestou as seguintes propostas de ação concreta e de políticas públicas para a valorização da criança afro-brasileira, sua cultura e herança do passado no contexto do ensino básico.

1 - Conteúdos das Matérias Ensinadas

Os conteúdos aqui referidos devem ser desenvolvidos dentro de uma perspectiva afrocentrada, própria da comunidade afro-brasileira, ou seja:

- 1.2 - Com referência básica às civilizações africanas;
- 1.2 - Evitando repetir e visando a eliminar o conteúdo negativo, tanto na forma de estereótipos como de omissão, que até o momento se apresenta em relação ao negro, sua família e cultura próprias;
- 1.3 - Levando em conta a cultura, a experiência histórica e a literalidade/oralidade específicas à comunidade.

O material e o conteúdo do ensino, bem como as relações entre alunos e professores, e entre os próprios alunos, devem ser trabalhados de maneira a criar uma conscientização e valorização da existência, da beleza e da riqueza dos diferentes componentes da população brasileira e mundial, com suas formas

específicas de ser.

2 - Material de Apoio Didático

Sem o material didático fornecendo o conteúdo da matéria, bem como sugestões de atividades pedagógicas específicas, a proposta da integração da experiência africana e afro-brasileira ao currículo escolar cai no vazio. Por outro lado, a literatura infantil e escolar existente reproduz, de forma assustadoramente sistemática, estereótipos racistas anti-negros. Daí a necessidade de material específico para implementar a proposta.

A - Redação, coordenação e publicação de textos elaborados para o professorado do pré-escolar e do 1o. e 2o. graus.

- 2.1 - Abordando a história das civilizações africanas e experiências africanas no Brasil;
- 2.2 - Elaborar atividades pedagógicas relacionadas ao assunto;
- 2.3 - Elaborar atividades específicas para alfabetização, utilizando a imagem e o contexto cultural do negro no Brasil.

3 - Formação do Professor

A - Integração de matérias interdisciplinares relativas à experiência africana e afro-brasileira, elaboradas desde uma perspectiva afrocentrada.

- 3.1 - Nos cursos das escolas normais;

3.2 - Nos cursos de reciclagem e especialização de professores, incluindo os cursos de atividades propostos no Plano de Atualização de Professores da Rede Pública de 1991, elaborado em regime de convênio pelas Universidades;

3.3 - No plano de carreira, tendo as mesmas consequências para o desenvolvimento profissional que qualquer outro curso de especialização.

B - Reformulação das matérias atualmente oferecidas dentro das diferentes disciplinas das escolas normais e cursos de reciclagem e especialização, no sentido de corrigir as distorções atualmente existentes.

4 - Políticas de Apoio ao Ensino

Não formalizado nas comunidades de baixa-renda.

Existem vários tipos de escola e ensino não-formais atendendo crianças de rua e comunidades de baixa-renda, majoritariamente afro-brasileiras. Conclui pela necessidade:

A - Do fornecimento de apoio material e técnico a essas iniciativas como parte integrante da política de ensino público;

B - Da integração dessas iniciativas às políticas e atividades propostas.

Está se tentando fortalecer a cada um e a todos, para que assumam seu papel de cidadão, enquanto brasileiros, descendentes de africanos, para que se tornem "sociavéis", aptos para

atuar na sociedade. Mas, numa sociedade em que a cultura dos diferentes grupos seja igualmente considerada, em que não haja inferiores, porque não há superiores.

6.3 - ALGUNS NEGROS DE DESTAQUE SOCIAL

O mito da democracia racial esconde conflitos raciais e atenua a importância dos mesmos, passando uma idéia de "sociedade estável".

Um comportamento derivado do mito da democracia racial é o paternalismo branco, que utiliza de camuflagem nas expressões para esconder o verdadeiro sentido contido nelas. Como exemplo: "Você é negro, mas é inteligente!" (Valente, 1988).

No entanto, o sucesso alcançado por alguns negros incomodam de tal forma que não se dando por vencidas algumas pessoas afirmam que, Pelé, Milton Nascimento, Gilberto Gil, Jorge Ben Jor, Luís Melodia, Zezé Motta, Djavan, ... são super-dotados. Nunca sendo admitido um talento normal como acontece a qualquer pessoa.

A ascensão social do negro devido ao destaque no esporte e na música é fato comum no Brasil. O exemplo desses "negros de destaque" é utilizado, não raras vezes, para tentar mostrar a inexistência do racismo no Brasil. Mas, o esporte e a música são brechas de ascensão social dos negros, permitidas pela sociedade.

No entanto, esses e outros negros de sucesso são exce-

ções. A maioria dos negros passa a ser explicado, pela sua suposta incapacidade e falta de vontade de progredir.

Infelizmente, a condição do negro na sociedade brasileira vai de encontro com palavras de Helena Theodoro, quando afirma que:

"O negro no Brasil, não pode ser bom.
Ele precisa ser ótimo".

CAPITULO VII: CONCLUSAO

Apesar de se manter em níveis bastantes modestos os índices educacionais vêm apresentando melhorias no Brasil. Ampliou-se a rede de ensino, diminuiu o analfabetismo.

Apesar disso, antigas mazelas do sistema educacional brasileiros e fazem presentes, como é o caso dos índices de repetência e a reprodução dos diferenciais raciais na educação.

As desigualdades educacionais entre os grupos raciais são marcantes. A explicação dessas desigualdades repousa numa complexidade de fatores que implicam em mecanismos que permitem devolver aos indivíduos os mesmos níveis educacionais de seus grupos. Os negros e pobres saem em desvantagem do processo educacional, uma vez que os dados nos revelam sobre os diferenciais na realização educacional dos grupos raciais é alarmante. Menos alfabetizados, retidos em patamares educacionais mais baixos, poucos negros conseguem chegar à universidade. Um negro com curso superior completo é um "sobrevivente" do sistema educacional, que, ademais, enfrentará sistemática discriminação no mercado de trabalho.

O processo seletivo embutido na etapa educacional impõe severas restrições referente ao acesso de pobres e negros na escola fundamental.

A ascensão dos negros ocorre principalmente via escolarização. No entanto é muito difícil ocorrer uma mudança de po-

sição social em função do prestígio profissional ou da ocupação e situação econômica.

Mesmo os negros mais talentosos quando conseguem emprego acabam ganhando menos que um branco na mesma função. A sociedade resiste em livrar-se de seus mitos porque é difícil encarar a realidade. A Lei não funciona, é ineficaz.

O Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer em matéria de educação. Maiores investimentos na rede de ensino ainda é uma questão importante, uma vez que são fantásticos os índices de falta de acesso, repetência e evasão. Entretanto, o principal desafio ao sistema de ensino brasileiro é romper o círculo vicioso das desigualdades raciais.

O Brasil repete em suas formulações legais os princípios igualitários. E o mínimo. A efetiva transformação desses propósitos em igualdade de oportunidades e realização educacional é o grande desafio. Cumpre melhorar o desempenho educacional e transformar este quadro de desigualdades irônicas para que o negro e os demais subalternos e dominados no Brasil alcancem a cidadania e melhor qualidade de vida..

CAPITULO VIII: BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos de uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL EM NUMEROS. IBGE. Rio de Janeiro, 1992.

CARDOSO, Fernando Henrique. Escravidão e Capitalismo no Brasil Meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

_____. Escravidão e Capitalismo no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade do Rio Grande do Sul. 2a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

COUTINHO, José Maria. O Darwinismo Social e o Negro Brasileiro, in PAS, Verônica da. Seminário Internacional da Escravidão. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.

_____. Uma História da Educação no Espírito Santo. Vitória: DEC-UFES, 1993.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL. IBGE. Rio de Janeiro, 1990. 3a. edição.

FIGUEIRA, Vera Moreira. O preconceito racial na escola. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, 1990.

FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.

GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. O silêncio, um ritual pedagógico. Belo Horizonte, UFMG, 1985 (Dissertação de Mestrado em Educação).

HASENBALG, Carlos & SILVA, Nelson do Valle. Raça e Oportunidades Educacionais. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, 1990 (18).

IANNI, O. Raças e Classes Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LOPES, Helena Theodoro. Negro e cultura no Brasil. Rio de Janeiro, 1987.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 1985.

NEGRAO, Esmeralda. A discriminação racial em livros didáticos e infante juvenil. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1987.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas. As belas mentiras: as ideologias subjacentes aos textos didáticos. São Paulo: Moraes, 1981.

IBGE/UNICEF. Perfil Estatístico de crianças negras. Rio de Janeiro, 1990, Vol. I e II.

RELATORIO DO I Fórum Estadual sobre Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública. Rio de Janeiro, junho-agosto de 1991.

RELATORIO sobre Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil em 1993. Rio de Janeiro: Cedom/Ceap, 1993 (MIMEO).

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da Repetência. Rio de Janeiro: LNCC, 1990. (MIMEO)

_____. A questão do negro na sala de aula. São Paulo: Atica, 1990.

SANTOS, Joel Rufino. O que é racismo? 10a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Nelson do Valle & HASENBALG, Carlos. Família, Cor e Acesso a escola no Brasil. Rio de Janeiro: LNCC/CNPq, 1992.

SODRE, Muniz. A Verdade Seduzida. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

SOUZA, Neusa dos Santos. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRINDADE, Azoilda Loretto. O racismo no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: IESAI - FGV/RJ, 1994 (Dissertação de Mestrado em Educação).

TRIUMPHO, Vera. Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

TURNER, Bryan. Equality. New York: Tavistock Publications, 1986.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. Ser Negro no Brasil Hoje. São Paulo: Moderna, 1987.

CAPITULO IX: ANEXOS